

Ligações perigosas: ciência e activismo político¹

- Ana Maria Brandão♦♦

Resumo:

Na luta pelo monopólio da definição legítima da realidade, a ciência, sistema fundamental de legitimação e redefinição da ordem social, constitui um foco particular de interesse e investimento por parte de diversos agentes sociais. Este artigo representa uma tentativa de aproximação aos modos como os sistemas de classificação sexual produzidos pela ciência têm sido apropriados pelo activismo *gay* e lésbico, traduzindo-se numa politização do discurso científico e contribuindo para fazer existir na realidade aquilo que enunciam. Pretende-se debater uma teia complexa de atracção e repulsa em que se confundem os papéis do cientista e do activista, categorias da ciência e categorias comuns, os produtos da ciência e as múltiplas formas da sua apropriação.

¹ Comunicação apresentada no Colóquio Internacional *Família, género e sexualidade nas sociedades contemporâneas*, Encontro Temático Intercongressos, organizado pela APS, Lisboa, I.S.C.T.E., 21 e 22 de Novembro de 2002.

♦♦ Assistente do Departamento de Sociologia/ I.C.S. - Universidade do Minho

Ligações perigosas: ciência e activismo político

Este artigo integra-se num projecto de doutoramento e representa uma tentativa de aproximação aos modos como os sistemas de classificação sexual produzidos pela ciência têm sido apropriados pelo activismo *gay* e lésbico², traduzindo-se frequentemente numa politização do discurso científico e contribuindo para fazer existir na realidade aquilo que enunciam (Bourdieu, 1998: 128).

A ciência é um dos domínios onde ocorrem algumas das mais importantes lutas de classificação social. O campo científico constitui um universo onde diversos agentes que não apenas os cientistas se envolvem em disputas pelo monopólio da definição legítima da realidade. Fazendo parte do que Bourdieu chama os "sistemas simbólicos", o que se joga no campo científico é "um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*" (1989: 9). Ao classificar, ou ao assumir classificações preexistentes, o discurso científico atribui-lhes uma chancela de legitimidade particular porque é um discurso com autoridade e, portanto, autorizado, contribuindo, simultaneamente, para a sua (re)produção.

O interesse da produção científica para as lutas travadas no campo político é, portanto, evidente pois a presença e/ ou o acesso ao campo científico podem ser estratégicos na tentativa quer de legitimação, quer de transformação da realidade. Assim, as relações conflituosas entre cientistas e abordagens denotam frequentemente, de forma explícita ou implícita, o modo como agentes e forças externos ao campo científico com ele se relacionam³.

² Embora existam diferenças entre o activismo *gay* e lésbico e a história da homossexualidade masculina e feminina, elas não serão aqui exploradas.

³ Note-se, todavia, que esta capacidade para fazer existir através da enunciação não caracteriza do mesmo modo todas as áreas disciplinares. Na verdade, o campo científico não é homogéneo, existindo não um, mas uma pluralidade de discursos científicos. Aliás, segundo Bourdieu, a autonomia de um campo científico depende da sua "capacidade de refração", i.e., da possibilidade que ele tem de transformar, de retraduzir, de transfigurar até tornar irreconhecíveis as pressões externas. Quanto mais os problemas políticos se exprimem de forma directa no campo científico, menor é o seu grau de autonomia. Ora, a politização é, precisamente, segundo o autor, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas ciências sociais nas suas tentativas de acederem à autonomia (Bourdieu, 1979: 15-16). Sem quereremos alongar-nos demasiado sobre esta questão, notamos que essa autonomia "diminuída" traduz-se, no caso dos discursos das ciências sociais, por um lado, numa menor capacidade de imporem, por si sós, as definições legítimas da realidade, e, por outro, contribui para a

Desde as primeiras teorizações científicas sobre a homossexualidade está implícita uma preocupação com a sua etiologia. Duas perspectivas chegam até aos nossos dias, continuando presentes nas relações entre ciência e activismo *gay* e lésbico: por um lado, a naturalização da orientação sexual; por outro, a atribuição dessa orientação a factores socioculturais. Encontramos aqui a origem de um debate entre abordagens essencialistas e construtivistas com reflexos tanto ao nível do activismo como do próprio funcionamento do campo científico.

O primeiro aspecto que subjaz a este debate, que se socorre, na realidade, de argumentos bem mais complexos, é o do confronto entre natureza e cultura: em última análise, assumir uma perspectiva construtivista implicaria considerar que a escolha do objecto sexual não é um dado natural, o resultado de uma predisposição biológica, genética, ou similar, mas sim o resultado da forma como a sociedade se organiza e socializa os seus membros; assumir uma perspectiva essencialista implicaria considerar que, a despeito de existirem modelações socioculturais, os indivíduos se encontram intrinsecamente predispostos nas suas opções sexuais e que estas são relativamente permanentes. Portanto, uma parte do debate abre via para a colocação da questão da etiologia da (homo)sexualidade através da velha questão de saber onde começam e terminam natureza e cultura na constituição daquilo que o indivíduo é.

1. Das preocupações morais às preocupações clínicas

As teses construtivistas defendem, sob a incontornável influência do pensamento de Foucault (1994), que a ideia segundo a qual a identidade está intimamente ligada às formas assumidas pela sexualidade, a ideia de que os seres humanos se distinguem

ideia de que as ciências sociais não são “verdadeiras” ciências. Portanto, não só as ciências sociais não têm a mesma “capacidade” para fazer existir o que enunciam, como essa “capacidade” – e, portanto, a legitimidade atribuída às suas afirmações – parece depender muito mais da apropriação dos seus discursos por parte de agentes do e no campo político do que no caso das chamadas ciências “duras”. As relações entre campo científico e campo político devem, por isso, ser lidas tendo presentes as diferentes disciplinas em que aquele se subdivide. E a persistência de certas explicações ou teorias não pode ser procurada apenas nas lógicas internas ao campo científico, pois muitas vezes passa por lógicas que lhe são externas e que se ligam aos grupos de agentes em presença, aos seus graus de poder relativos e aos seus interesses particulares.

intrínseca e ontologicamente pelas suas preferências em termos de objecto sexual, é uma ideia datada. Assim, não poderíamos falar na existência de homossexuais, heterossexuais, bissexuais, tal como hoje entendemos estes termos a não ser a partir do momento em que este sistema específico de categorização é criado. Por outras palavras, o “nome” não só designa e distingue a “coisa”, como a cria, dá-lhe uma existência real e específica que anteriormente se encontra ausente.

Aquilo que hoje designamos como “categorias sexuais”, i.e., a classificação dos indivíduos como homossexuais, heterossexuais, bissexuais, etc., é um produto de lutas de poder ocorridas no seio da sociedade ocidental moderna e não teria sentido quando aplicada a outros contextos socioculturais, temporais e geográficos. Podendo embora falar-se da existência de actos homossexuais em virtualmente qualquer contexto, não poderíamos falar em homossexuais a não ser sensivelmente a partir do momento em que essa designação e o significado que lhe está associado se legitimam. Do mesmo modo, a ideia de que à atracção erótica por determinado objecto corresponde uma identidade particular é uma ideia que se impõe gradualmente até meados do século XX.

As transformações operadas durante o período situado entre meados do século XIX e início do século XX são fundamentais para a legitimação dos sistemas de classificação sexual. É durante este período que se afirmam duas novidades fundamentais e interligadas: por um lado, a medicalização da sexualidade - o sexo é desviado do domínio religioso do pecado e da santidade para o domínio clínico da doença e da saúde; por outro, a imposição de um modelo de sexualidade "normal", exclusivamente heterossexual e procriativa.

As grandes preocupações com a sexualidade são, até meados do século XIX, sobretudo de carácter moral. O afastamento face à norma estabelecida é, até aí, interpretado fundamentalmente como decorrendo de uma falha moral dos indivíduos e não como resultado da sua natureza particular (Hawkes, 1996: 51). O que encontramos, então, são sobretudo referências a práticas ou actos que não definem intrinsecamente os próprios indivíduos. À ausência da categoria corresponde uma ausência da identidade ("homossexual", "heterossexual", etc.), embora não necessariamente a ausência das práticas (homossexuais, heterossexuais, etc.).

A institucionalização de um sistema de classificação das pessoas em função da sua "orientação sexual" é concomitante à afirmação da sexologia e da psiquiatria como disciplinas científicas e à elevação da sexualidade a objecto de estudo científico. A

medicalização da sexualidade e o seu afastamento do domínio exclusivo da moral e da religião fazem parte das lutas de poder desenvolvidas como parte de uma estratégia de afirmação das novas disciplinas e dos grupos de agentes nela interessados⁴.

Na verdade, a criação de categorias sociais - no caso, de definições identitárias - é também uma forma de procurar marcar/ criar, por um lado, semelhanças (entre os que cabem sob a designação defendida) e, por outro, distâncias e distinções (entre os que adoptam ou aos quais são aplicadas diferentes designações). As lutas travadas pela definição identitária são, então, também lutas políticas e ideológicas apostadas na imposição de "uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão" que lhes são mais favoráveis (Bourdieu, 1989: 113). Os grupos envolvidos pretendem, assim, contribuir para a modificação da estrutura do mundo através da modificação da estruturação da percepção que os agentes sociais têm do mundo (Bourdieu, 1998: 89). Estas lutas constituem um alvo de investimento na estratégia de afirmação não só dos defensores das novas áreas disciplinares, como também de uma classe particular - a burguesia. Numa tentativa continuada de estabelecer as fronteiras que a distinguiriam tanto da suposta "licenciosidade" das classes populares, como da "decadência moral" da aristocracia, a burguesia terá tido um papel fundamental na institucionalização da nova moral sexual⁵ que remete para o domínio da perversão e da patologia todas as práticas e identidades sexuais que escapem ao modelo da heterossexualidade exclusiva. As estratégias de afirmação de ambos os grupos apoiam-se mutuamente, contribuindo a afirmação da (nova) ciência para legitimar as pretensões da "nova" classe⁶.

Assim, a transformação do homossexual numa *espécie* (Foucault, 1994a: 46) é progressiva, não linear, tributária dos contributos da ciência mas também de interesses

⁴ Esta tese é geralmente pacífica no âmbito dos estudos sobre a (homos)sexualidade. Os leitores poderão, de qualquer modo, consultar a este propósito, e.g., Katz (1996) e Foucault (1994), entre outros.

⁵ Poderão ser consultados, a este respeito, Elias (1989) e Katz (1996). Uma visão mais radical e abrangendo um período de tempo menos alargado é apresentada por Kitzinger (1995) no seu estudo sobre o lesbianismo. Sobre a relação entre classe e moral sexual, veja-se também Bourdieu (1979: 190-432).

⁶ O que reforça a tese de Bourdieu que defende que, enquanto sistema simbólico fundamental na luta pela produção ideológica legítima, a ciência opera igualmente uma reprodução da estrutura do campo das classes sociais (1989).

e investimentos alheios ao campo científico, feita de intenções revolucionárias e conservadoras.

2. Da perversão à identidade como factor de mobilização

A produção científica sobre a (homo)sexualidade não se distingue nos seus interesses e procedimentos dos cânones da produção científica dominante até à década de sessenta do século XX. Os primeiros estudos assumem um interesse particular pela catalogação de práticas e de pessoas em função das modalidades da sua sexualidade, preocupação que é transversal às diversas áreas disciplinares⁷.

A institucionalização de uma nova área de estudos e o processo paralelo de medicalização da sexualidade é marcado fundamentalmente por três autores: Krafft-Ebing, com o seu *Psychopathia Sexualis* (1886); Havelock Ellis, com *Studies in the Psychology of Sex* (1896-1928); e Freud, com os seus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905)⁸. Na linha das preocupações da época, interessam-se particularmente pela elaboração de taxinomias, mas introduzem uma novidade: a explicação para as variações nas práticas sexuais a partir não da constituição moral dos indivíduos mas de factores quer de ordem biológica, quer sociocultural, estes últimos radicados no próprio processo de desenvolvimento dos indivíduos (Cf. Hawkes, 1996: 50-71; Katz, 1996: 19-32).

Tanto em Krafft-Ebing como em Ellis encontramos já a ideia da homossexualidade como uma espécie de segunda natureza do indivíduo, algo que se encontra nele radicado de forma estável. Para ambos, a homossexualidade - ou

⁷ Stein e Plummer (1996) apontam para o caso particular da Sociologia a mesma periodização. Segundo os autores, do século XIX à década de sessenta do século XX predominam os estudos de carácter empírico cuja preocupação central consiste na inventariação e descrição das categorias sexuais, preocupação que, de resto, continua presente até aos nossos dias. A partir daí, e sob a influência da teoria da rotulação e do interaccionismo, a tónica é colocada na problematização das próprias categorias (Ibidem: 130-132).

⁸ Sobre a importância fundamental destas três obras consultem-se, por exemplo, Hawkes (1996) e Katz, (1996). As datas de edição apresentadas correspondem às datas de primeira edição das obras nos respectivos países. Para uma cronologia das obras que marcam o estudo do comportamento sexual humano poderão os leitores consultar o *site* do Instituto Robert Koch em <http://www.rk1.de/GESUND/ARCHIV/HIST01.HTM> [online].

"inversão sexual" - consistia na experimentação de uma atracção sexual não correspondente ao sexo biológico e, nesse sentido, constituía uma perversão (Ibidem)⁹. A associação directa entre identidade de género e orientação sexual encontra eco nos próprios indivíduos, como Halperin exemplifica ao referir-se a Ulrichs, um activista do século XIX, que "descrevia a sua própria condição como a de uma alma de mulher confinada a um corpo de homem" (1990: 15)¹⁰. Só com Freud se começa a dissociar instinto biológico, escolha do objecto sexual e identidade de género (Cf. Katz, 1996: 58-79; Hawkes, 1996: 62-64). Na perspectiva de Hawkes, aliás, as teses freudianas têm uma importância radical por três razões: porque "retiram significado à noção de heterossexualidade 'natural', definida pela escolha erótica"; pela "negação das origens físicas da escolha do objecto sexual"; e porque a canalização "dos desejos sexuais para uma ou outra categoria é [encarada como] o resultado da negociação num contexto social, não da mão invisível e inconsciente das pulsões biológicas" (Ibidem: 63).

Ora, já durante o século XIX a ligação entre produção científica e activismo está presente, quer pelo trabalho simultaneamente científico e político de Hirschfeld na Alemanha, quer pelo apoio directo ou indirecto que as obras dos novos cientistas prestavam à sua causa (Cf. Hawkes, 1996). A concepção da homossexualidade como uma doença que escapa ao controlo e à vontade dos próprios homossexuais é usada como mote para a reivindicação da sua descriminação por parte do movimento homossexual então nascente e liderado pelo próprio Hirschfeld. A ideia de uma comunidade de interesses dos homossexuais surge, portanto, mais ou menos na mesma altura em que a sexologia se constitui como disciplina autónoma. Mas seria preciso aguardar até aos anos sessenta, no século XX, para que a grande explosão da contestação social ocorresse, dando origem e reforçando a actuação de uma diversidade de movimentos sociais, entre os quais se encontra o movimento *gay* e

⁹ Note-se que também a adopção do termo "heterossexual" com o sentido que hoje lhe atribuímos foi gradual. Inicialmente, o conceito de "heterossexualidade" é usado para designar uma perversão, um "hermafroditismo físico", i.e., uma "síndrome [que] assumia que os sentimentos tinham um sexo biológico. Os heterossexuais experimentavam uma designada atracção erótica masculina por mulheres e uma designada atracção erótica feminina por homens" (Katz, 1996: 20).

¹⁰ Esta é uma das razões que levam, aliás, Halperin a defender que, nesta altura, "a preferência sexual por uma pessoa do mesmo sexo não se distinguiu claramente de outras formas de não conformidade ao papel sexual culturalmente definido" (1990: 15; veja-se também Katz, 1996: 19-32).

lésbico. Na sua maioria, estes movimentos fazem assentar na similaridade de condições de existência e de interesses a ideia de uma identidade comum em torno da qual desenvolvem estratégias de mobilização.

Aceitando uma definição construtivista da sexualidade e, portanto, uma concepção da “identidade sexual” entendida como opção estável e mais ou menos definitiva por determinado objecto sexual, o movimento *gay* e lésbico que na década de sessenta do século XX se projecta nos meios de comunicação social e se torna conhecido da opinião pública depara-se com uma dificuldade fundamental: a de contrariar a ideia, retomada desta mesma assunção, segundo a qual uma “opção” “tomada” pelo agente, conscientemente ou não, e produzida por circunstâncias sociais e culturais, poderia ser modificada por intervenções “curativas” diversas¹¹. Como refere Epstein, os activistas das décadas de sessenta e setenta do século XX nos EUA tinham em comum com os construtivistas a insistência nas tipologias sexuais enquanto factos sociais e não naturais, considerando que essas categorias eram altamente fluidas e que precisavam de ser ultrapassadas (1992: 253).

Mas já então o movimento se dividia pelo facto de frequentemente recorrer, na sua actuação política, a comparações entre modos de vida e práticas sexuais contemporâneas e passadas, designadamente, a confusão entre pederastia grega e homossexualidade masculina ocidental, que visariam “recuperar” o passado e atribuir aos activistas o sentido de uma luta continuada pela tolerância social, bem como defender a ideia de possuírem um passado histórico feito sobretudo de continuidade (Ibidem). Intelectuais, artistas, filósofos, tornam-se, assim, bandeiras para os movimentos *gay* e lésbico, renunciando-se, desde logo, uma divisão de perspectivas, interesses, modos de luta, que haveria de reflectir-se no campo científico, em particular no caso dos EUA. Ora, para o construtivismo, estudos sobre personalidades históricas (artistas, políticos, militares, etc.) supostamente homossexuais, bem como a tentativa de traçar uma origem histórica distante para a subcultura *gay* e lésbica não teriam qualquer sentido, constituindo um anacronismo histórico.

A tensão considerável que estes movimentos geraram e geram na sociedade norte-americana, em particular, e a estratégia política à qual se associam, certamente, as crenças subjectivas dos seus próprios líderes, acabam por fazer com que um debate de teor científico se confunda por vezes com um combate político. A adopção de uma

¹¹ A obra de Corraze (s.d.) é elucidativa a este respeito.

posição construtivista, argumentam alguns, retiraria força ao movimento, fornecendo, por assim dizer, “munições ao adversário”, contribuindo para reforçar a ideia (ainda que eventualmente apenas ao nível do senso comum) da homossexualidade como doença ou resultado de disfunções sexuais e sociais e, portanto, quando não susceptível de cura voluntária por parte dos próprios agentes, pelo menos como argumento para a não aceitação da legitimidade das suas pretensões (Ibidem). Mas, ao mesmo tempo, a relatividade sociocultural dos arranjos sexuais e a não linearidade das práticas e preferências sexuais ao longo da vida, sublinhadas pela abordagem construtivista, são frequentemente usadas como demonstração da ilegitimidade das pretensões discriminatórias do modelo dominante.

Apesar desta sempre presente ambivalência, no extremar de posições a que se assistiu, e assiste ainda, parece-nos ter-se tornado mais comum a defesa de uma posição essencialista por parte do movimento *gay* e lésbico. Assim, a ideia da homossexualidade como característica intrínseca e inata dos indivíduos, a ideia do homossexual como sendo um tipo particular de ser caracterizado por uma diferença real parece ser hoje dominante. A defesa de tal argumento serviria, supostamente, melhor os interesses de *gays* e lésbicas. Ao situar a orientação sexual no domínio das determinantes "naturais" do comportamento humano, portanto, fora do controlo dos próprios indivíduos, o argumentário usado torna-se não só mais compatível com os percursos biográficos declarados dos próprios homossexuais, como também facilitador da aceitação social e dos processos de tomada de decisão por parte de entidades públicas e políticas.

3. Discursos performativos: classificação e existência social

Como sublinha Bourdieu (1998), a luta pela definição identitária é uma forma particular de luta das classificações, de confrontação de formas diferentes de categorização da realidade. O interesse dos agentes nestas lutas prende-se com o facto das categorias de organização da realidade possuírem, ao serem partilhadas, a capacidade de criar os próprios fenómenos que categorizam, atribuindo-lhes uma existência objectiva que eles, enquanto tais, não possuem. As lutas em torno da identidade são, portanto, lutas que visam garantir a existência social do grupo enquanto tal para si, mas também para os outros.

A institucionalização de uma identidade, o seu (re)conhecimento, constituem uma consagração do direito à existência que opera pela demarcação de uma fronteira que inclui, mas que também exclui, que impõe "um direito de ser que é um dever ser (ou de ser)" (Ibidem: 113). Ao organizar o seu discurso em torno da identidade homossexual, o movimento *gay* e lésbico, contribuindo para a sua institucionalização, contribuiu igualmente para a sua naturalização. A homossexualidade surge mais como diferença real do que como limite arbitrário, o que sublinha a conflitualidade (nalguns casos, o divórcio) entre uma produção científica de teor predominantemente construtivista e um activismo político apostado sobretudo na institucionalização de uma categoria distinta de pessoas. Como salienta Epstein, "ao mesmo tempo que os teóricos construtivistas têm estado a pregar o evangelho da ficção social da distinção hetero/ homossexual, os *gays* e as lésbicas, na vida quotidiana e na acção política, têm estado ocupados com o endurecimento das categorias" (1992: 243).

A organização do movimento *gay* e lésbico nos países anglo-saxónicos, colocando a tónica na orientação sexual e numa herança histórica comum como base de uma identidade homossexual, parece estar também presente no activismo *gay* e lésbico português¹². O discurso adoptado assenta maioritariamente na naturalização de uma "diferença" como ponto de partida para a mobilização do grupo, como mostra uma breve "navegação" pelos *sites* nacionais. A ILGA-Portugal, por exemplo, numa espécie de "manual de instruções" declarando que "Ninguém sabe exactamente o que determina os diferentes tipos de orientação sexual", conclui de seguida que "A orientação sexual de uma pessoa pode ser definida por factores pré-natais ou tão cedo como aos 2 ou 3 anos de idade" (ILGA-Portugal a), s.d.).

Nas estratégias de afirmação do movimento, as histórias de *coming out* são um elemento fundamental. Elas fornecem relatos através dos quais se mostra aos outros e se reafirma a si próprio a precocidade daquela diferença. Ao mesmo tempo, mostra-se também que não se trata de uma "escolha" no sentido voluntarista do termo, mas de uma espécie de "imposição natural", uma "determinação interior" recorrente e à qual não se consegue escapar. Invariavelmente, estas narrativas descrevem as lutas travadas internamente e com os outros – família, amigos, colegas – ao longo de vários

¹² De resto, a projecção pública do movimento *gay* e lésbico parece ter-se acentuado, precisamente, com a criação, em Portugal, de uma secção da ILGA-Internacional, com a consequente "importação" dos modelos de actuação característicos do activismo *gay* e lésbico anglo-saxónico.

anos até se achar "que [se] estava preparado para sair do armário" (Miguel, 23 anos). O percurso da "suspeita" à "assunção" é feito de avanços e recuos, dúvidas e certezas, mas, no fim, é quase sempre apresentado como uma revelação da *verdade* profunda sobre si próprio(a), a vida anterior encarada como um período de recusa em admitir aquilo que *efectivamente* se é: "Agora sinto-me encontrado, reconciliado" (Miguel, 23 anos).

Estas histórias unificam os discursos do grupo, fornecem uma grelha de leitura da experiência, criam as regras da sua própria enunciação e atribuem a cada biografia uma linearidade, um sentido inequívoco, que nunca corresponde exactamente à biografia "real"¹³. Mas contribuem igualmente para impor um "dever de confissão" (que se não exige aos que se enquadram na norma) que contribui para determinar o que cada um deve ser – e.g., "Sou homossexual. Tens de o dizer a ti mesmo vezes e vezes sem conta, esta é a regra" (Sofia, 26 anos); "acabei por ficar com a Ana e assumir-me como Lésbica, acho que mais por ela do que por mim" (Tânia Filipa). Poderíamos, assim, concluir com Bourdieu que "Todos os destinos sociais, positivos ou negativos, consagração ou estigma, são igualmente fatais – quero dizer, mortais –, porque encerram aqueles que distinguem em limites que lhes são atribuídos e que os fazem reconhecer" (Bourdieu, 1998 : 115).

Esta tónica numa diferença original que se estabiliza pela aceitação de uma identidade particular passa sempre pela naturalização dessa diferença, quer se trate da defesa clara de uma orientação sexual inata, quer da ideia de uma "segunda natureza", adquirida pela socialização mas que, de algum modo, é apresentada quase sempre, pelo menos ao nível discursivo¹⁴, como permanente e irreversível. Qualquer uma destas estratégias contribui para estabelecer um *limite arbitrário* sob a aparência de um limite natural, legítimo, inculcando um *sentido dos limites* que mantém todos nos seus lugares respectivos (Ibidem: 110-117). Assim, a reprodução da desigualdade é

¹³ Não pretendemos entrar aqui pelo debate acerca da "veracidade" ou "autenticidade" das narrativas autobiográficas. Sublinhamos, apenas, que existe sempre uma diferença entre o percurso biográfico narrado e o percurso biográfico efectivamente vivido, designadamente em termos da não linearidade deste.

¹⁴ Na verdade, centramo-nos aqui no discurso institucional e institucionalizado, habitualmente proferido "em público" ou "para" certos públicos (entre os quais, os próprios homossexuais). Na realidade, um contacto mais próximo com estas populações abre, por vezes, a porta a confidências que mostram como as fronteiras traçadas pelas narrativas do *coming out* podem ser bem menos claras...

conseguida pela interiorização do próprio esquema de classificação que divide a Humanidade basicamente em duas relegando para uma (vasta) área de indefinição e, portanto, de inexistência, tudo o resto que não caiba nem na norma nem na oposição à norma.

O que começa por constituir-se como "discurso herético" (Bourdieu, 1998), discurso de contestação do próprio sistema de classificação, apostado na revelação de que nem os "normais" se conformam à norma, transforma-se num discurso que não põe em causa as regras fundamentais de funcionamento do campo. O discurso activista actualmente dominante parece não questionar nem a legitimidade da norma, nem os critérios da sua consagração como norma, antes sucumbindo à lógica do estigma, "lutando para impor o sistema de classificação mais favorável às suas propriedades ou, ainda, para dar ao sistema de classificação dominante o conteúdo mais adequado para valorizar o que ele tem e o que ele é" (Bourdieu, 1979: 554). Por outras palavras, a apresentação da homossexualidade como uma característica do indivíduo sobre a qual ele não pode exercer qualquer controlo é usada como argumento de desculpabilização face à norma e parece estar ligada a uma estratégia de integração pela exigência da tolerância (da diferença) mais do que pelo direito (à igualdade de tratamento). Isto pode ser intuído, por exemplo, em frases como: "Diz-lhes que a culpa não é deles" (ILGA-Portugal b), s.d.). Ora, como bem sublinhou Bourdieu, do ponto de vista da norma, este é o tipo de estratégia menos prejudicial porque não põe em causa as divisões essenciais do campo.

BIBLIOGRAFIA:

- BOURDIEU, Pierre (1998) — *O Que Falar Quer Dizer*. Algés: Difel
- — (1997) *Les usages sociaux de la science: Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris: INRA
- — (1989) — *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel
- — (1979) — *La Distinction: Critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit
- CORRAZE, Jacques (s.d.) — *A Homossexualidade*. Porto: Rés Editora

- ELIAS, Norbert (1989) — *O Processo Civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, vols. 1 e 2
- EPSTEIN, Steven (1992) — *Gay Politics, Ethnic Identity: The Limits of Social Constructionism*. In STEIN, Edward, ed. — *Forms of desire: Sexual orientation and the social constructionist controversy*. N.Y.: Routledge. 239-293
- ESCOFFIER, Jeffrey (1992) — *Generations and Paradigms: Mainstreams in Gay and Lesbian Studies*. *Journal of Homosexuality*. vol. 24, no. 1-2, 7-26
- FOUCAULT, Michel (1994a) — *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água
- — (1994b) — *História da Sexualidade: O uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio d'Água
- — (1994c) — *História da Sexualidade: O cuidado de si*. Lisboa: Relógio d'Água
- HALPERIN, David M. (1990) — *One Hundred Years of Homosexuality: And other essays on greek love*. N.Y.: Routledge
- HAWKES, Gail (1996) — *A Sociology of Sex and Sexuality*. Buckingham: Open University Press
- KATZ, Jonathan Ned (1996) — *The invention of heterosexuality*. USA: Plume/Penguin
- KITZINGER, Celia (1995) — *The Social Construction of Lesbianism*. London: Sage
- STEIN, Arlene; PLUMMER, Ken (1996) — *I Can't Even Think Straight: "Queer" Theory and the Missing Sexual Revolution in Sociology*. In SEIDMAN, Steve, ed., *Queer Theory/ Sociology*, Cornwall: Blackwell. 129-144

OUTRA DOCUMENTAÇÃO:

- ILGA-Portugal (s.d.) — *Sê tu mesmo* [online]. Disponível: <http://www.ilga-portugal.org/portugues/ilga/publ/yourself.html> [2002, 15 Outubro]
- EX-AEQUO (s.d.) — *Miguel, 23 anos*. In *Histórias (Coming Out)* [online]. Disponível: http://www.ex-aequo.web.pt/historias_miguel.html [2002, 16 Outubro]

- EX-AEQUO (s.d.) — Sofia, 26 anos, quase 27. In *Histórias (Coming Out)* [online]. Disponível: http://www.ex-aequo.web.pt/historias_miguel.html [2002, 16 Outubro]
- EX-AEQUO (s.d.) — Tânia Filipa. In *Histórias (Coming Out)* [online]. Disponível: http://www.ex-aequo.web.pt/historias_miguel.html [2002, 16 Outubro]
- ILGA-Portugal (s.d.) — *Como revelar aos pais a tua homossexualidade* [online]. Disponível: <http://www.ilga-portugal.org/portugues/ilga/publ/reveal.html> [2002, 24 Outubro]